



Anais da Assembléia

N.º 65

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quíelse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Dácio Leonel, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Francisco Escorsin e Adalberto Daros (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência ao Projeto de Resolução número 08/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem do Poder Executivo número 56/77, ex-Proposição número 116/77 - aprova termos de convênio e termo aditivo, respectivamente, celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura e o município de Apucarana, objetivando prestar Assistência Técnica e Financeira, visando a melhoria da rede municipal de ensino de primeiro grau.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

1 — O intenso movimento de veículos que se registra na rodovia que liga os municípios de Irati a São Mateus do Sul.

2 — Que o referido trajeto, de 55 km, constitui-se numa excelente alternativa aos veículos que se dirigem da BR-277 à denominada Rodovia do Xisto, e vice-versa.

Requeiro, regimentalmente, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando que S. Exa. se digne determinar os estudos de viabilidade econômica, visando incluir aquela rodovia no plano de asfaltamento de estradas

estaduais.

Outrossim, enquanto tal providência não for adotada se digne S. Exa., também, a determinar a permanente conservação da rodovia, cujo estado atual necessita de urgente atendimento.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Faivro Busato, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo-lhe a instalação de Postos de Saúde nos distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, no município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Situados no município de Capitão Leônidas Marques, os distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida vêm aumentando consideravelmente, nos setores econômico e populacional.

Considerando que a saúde do povo deve ser interesse primordial do Estado, é imperiosa e urgente a presença da assistência médica e sanitária às populações das localidades interiores, que se empenham no árduo trabalho da criação e circulação de riquezas.

Outrossim, esses distritos são separados da sua sede municipal por uma grande distância, além de ser necessária a travessia de um rio, por meio de balsa, ocasionando enorme dificuldade na busca de recursos destinados ao tratamento de saúde. Mesmo os que se deslocam até Cascavel, que é um centro mais aparelhado, sofrem o problema da distância e também do elevado número de pessoas nas filas, que os condiciona a uma espera que muitas vezes não têm condições de se submeterem, visto estarem vinculados a horários do seu meio de transporte.

Face ao exposto, atendendo a diversos apelos da população dos distritos mencionados, espera-se que essa Secretaria, dentro do elevado espírito público que caracteriza o seu titular, acolha este pedido, propiciando a aquele povo esse tão esperado e justo benefício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, enviando as seguintes sugestões para a agenda de despachos por ocasião do deslocamento do Governo Estadual para a cidade de Campo Mourão, o que segundo o noticiário, dar-se-á nos próximos 3 e 4 de junho, atendendo prioritariamente as seguintes reivindicações:

1 — Determinar o incício da pavimentação asfáltica da estrada que liga Campo Mourão-Iretama-Pitanga-Guarapuava, para facilitar o escoamento da produção agrícola daquela região, sem utilização da Estrada do Café, por demais congestionada;

2 — Determinar a pavimentação asfáltica, da estrada Campo Mourão-Roncador, trecho de aproximadamente 75 quilômetros de leito natural, que dificulta o transporte de toda a produção agrícola daquele município, ocasionando o enriquecimento de intermediários, em prejuízo dos produtores;

3 - Construção e pavimentação asfáltica, do contorno rodoviário à cidade de Campo Mourão, desviando o tráfego pesado do centro urbano, medida também reivindicada insistentemente pela população, que além de diminuir o risco de acidentes no perímetro urbano, possibilitaria maior durabilidade à pavimentação das ruas e avenidas da cidade.

4 - Atender a reivindicação das classes produtoras regional, liderando a luta pela conquista de um terminal ferroviário, ligando Campo Mourão a Maringá, ou mesmo a extensão da estrada de ferro no trecho Maringá-Cascavel, passando por Campo Mourão. Solicitação que foi objeto de pronunciamento e requerimento de nossa lavra, e, que segundo resposta do Ministério dos Transportes, "não consta nos planos do mesmo Ministério";

5 - Efetivar a instalação de um destacamento do Corpo de Bombeiros em Campo Mourão. Medida também já solicitada por nós, a pedido da população de toda a Micro-Região, através requerimento;

6 - Determinar, através a Secretaria do Interior, imediatos estudos visando o combate à erosão urbana da cidade de Campo Mourão, notadamente na Vila Urupês, que, segundo informações, está assumindo proporções alarmantes;

7 - Determinar o imediato início do Serviço de Abastecimento de água, nos municípios que já firmarem convênio com a SANEPAR, dando-se prioridade aos que, tendo firmado convênio, integrando-se ao PLANASA, já pagaram sua participação e continuam em falta do precioso líquido. Bem como, providenciar a construção de captação de tratamento de água na cidade de Campo Mourão;

8 - Regularização da rede de ensino do primeiro Grau, com a implantação da reforma de ensino, e a conseqüente adequação da mesma, em toda a Micro-Região, conforme determina a lei, evitando-se as distorções existentes entre o ensino nas cidades de grande porte e o ensino rural em nosso Estado;

9 - Determinar à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, a efetiva assistência médico-hospitalar, inclusive atendimento odontológico à população menos favorecida da região, com instalação ou adequação dos postos de saúde existentes em todos os municípios, objetivando o atendimento local aos necessitados, evitando-se assim, o deslocamento dos mesmos para a Capital do Estado;

10 - Determinar à Secretaria da Agricultura, a efetiva assistência aos trabalhadores rurais da região, notadamente aos pequenos proprietários e arrendatários rurais, visando orientá-los para obtenção de financiamentos, aquisição de sementes, insumos, inclusive, orientando-os na comercialização.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento tendo em vista o elevado custo da transferência da sede do Governo para o interior do Estado, desta feita em Campo Mourão. As reivindicações nele contidas, constam de freqüentes solicitações de líderes políticos e classistas de Campo Mourão e municípios vizinhos e ainda não atendidas. É de notar-se, que, conforme notícias divulgadas na imprensa, o Senhor Governador atenderá "ISOLADAMENTE" os Prefeitos e líderes regionais, os quais terão, por tempo limitado é claro, oportunidade de fazer outras reivindicações ao máximo mandatário paranaense. Porém, não é admissível que os problemas sejam tratados apenas "intra-muros", chegando ao conhecimento público através notas cuidadosamente elaboradas pela assessoria governamental, e, a solução dos problemas comunitários permaneçam apenas no papel. Para justificar-se tal transferência, o Governo terá inevitavelmente que tomar medidas concretas na solução dos problemas que afligem nossa gente, caso contrário, estaremos na obrigação de denunciar ao povo do Paraná, que a medida nada mais é que promoção política-partidária, mas utilizando-se dinheiro do

povo, o que não entendemos correto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à CAPI do Congresso Nacional, que analisa o sistema fundiário brasileiro, consubstanciado em apelo no sentido de que se proceda a convocação do Senhor JAYME CANET JÚNIOR, Governador do Estado do Paraná, para que o mesmo preste depoimento delineando a posição da Unidade Federativa que governa no que tange à política de colonização e regularização de documentação definitiva de propriedade de terras.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Definitivamente não se pode afirmar que o Paraná seja "terra de todas as gentes". Existem sim, terras que são de muitas gentes. Tão confuso e emaranhado encontra-se o sistema fundiário do Paraná que torna-se inadiável sua regularização.

Documentos que se remontam profusamente, atestam a caótica situação possessória do Estado.

É inadmissível que nos dias de hoje, com o avançado estágio de nossa Legislação, ainda perdurem querelas quase sempre sangrentas e fraticidas.

Problemas que se acumulam durante as três últimas décadas, são transmitidos insolúveis de administração para administração.

Para exemplificar, citamos o município de Terra Roxa, no qual cerca de 1.000 colonos, todos proprietários de pequenos lotes estão impedidos de comercializar normalmente, de se candidatarem a financiamentos bancários, visto não possuírem escrituras definitivas registradas no Cartório de Imóveis da Comarca. E o que lá se verifica é um contínuo êxodo de famílias que demandam para outros Estados da Federação, quando não para países vizinhos.

No município de Terra Rica, no Noroeste do Estado, persiste a dramática situação de 151 famílias que colonizaram a Fazenda Curitiba e que já há tempo, estão ameaçadas em seus patrimônios, correndo sérios riscos de vida.

Em São Pedro do Paraná, registra-se o problema da Gleba Rocha Loures, com quase 5.000 alqueires, onde cerca de mil famílias, aguardam a participação do Governo para equacionamento de problema possessório.

No vizinho município de Santa Cruz de Monte Castelo, existe o caso da Fazenda Cubatão, ex-Boa Esperança. Desencantos de ordem jurídica e administrativa levam o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, a negar-se a efetuar o necessário registro das escrituras referentes à área compreendida por 800 alqueires, ocasionando transtornos os mais diversos aos seus proprietários e insegurança às famílias que lá trabalham.

Perdura por longos anos também, a demanda havida entre o Senhor Arthur Borges Maciel Filho e o Poder Executivo Estadual, cujo objeto é o problema possessório da denominada Fazenda Apertados, ou os chamados quinhões 3 e 4 que abrangem municípios inteiros e parte de outros, dentro das comarcas de Paranaíba, Terra Rica e Loanda.

Cumpra registrar a existência de litígios idênticos no município de Assis Chateaubriand. Não se limitando aos já enumerados, saliente-se que, no Paraná, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, em praticamente todo seu território, existem problemas que exigem a pronta definição do Poder Executivo Estadual.

A bem da Justiça, não se pode culpar o atual Governador do Paraná, vez que sua administração é uma dentre as tantas herdeiras desse estado de coisas. No entanto, urge o surgimento de governante corajoso e terminantemente decidido a efetuar a eclosão de gestões que objetivem colocar um ponto final em

toda essa problemática, cujas conseqüências, no decorrer de prazos mais, revestir-se-ão de conotações sociais das mais inanalísáveis e incontornáveis.

Os desmandos, os desvarios, os desatinos, e as de todo ilegais transações urdidas por detentores de mandatos pretéritos à frente da governança estadual, conduziram o Poder Executivo do Paraná a praticamente uma situação de insolvência junto a legítimos proprietários de terras, por ele consideradas devolutas e negociadas a sabor de enriquecimentos imediatos, mas condenáveis à luz da justiça.

Para legalização hoje destas inconcebíveis negociações, o Estado terá que arcar com as rendas advindas de total superior a mais de três arrecadações orçamentárias.

A convocação do Senhor Governador do Estado pela CPI que analisa o sistema fundiário brasileiro, é assaz necessária e oportuna, para que o Senhor Jayme Canet Júnior tenha a cabida ocasião de expor ao Governo Central, a real situação do território que dirige, por delegação desse mesmo Poder Central.

A título de ilustração, citamos o posicionamento do Governo do Estado, condenado que foi pela sentença de primeira instância, confirmada por acórdão do Tribunal Federal de Recursos, transitada em julgado, em grau de execução, da qual foi o Governo recentemente notificado, que condena o Estado do Paraná a desocupar os quinhões números 3 e 4 do imóvel denominado "Apertados", cujas terras foram por ele vendidas, com área total de 98 mil e 560 alqueires. Ainda da demanda havida na segunda Vara da Fazenda Pública, conforme consta nos autos número 4841/76 entre Artur Borges Maciel Filho e a SINOP, referente a área de 255.980 alqueires abrangidos pela denominada Fazenda Boa Esperança, existem provas consubstanciadas do emprego de subterfúgios e de má-fé empregados pelo Governo do Paraná e que originam a situação hoje reinante.

É de se convir que a convocação de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado para se fazer ouvir pela CPI do sistema fundiário, realmente é fato de interesse estadual, caso contrário, a soberania desse Estado estará fatalmente comprometida.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 60/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública, através da sua representação no Estado do Paraná, o "Montepio dos Servidores Públicos do Brasil", com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma Sociedade Civil com finalidade previdenciária, sem fins lucrativos, com representações em todos os Estados do Brasil.

A referida entidade vem prestando serviços, no setor previdenciário, a inúmeros associados, valendo-lhe o reconhecimento por parte de órgãos federais, conforme a documentação anexa através de fotocópia.

Os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto de declaração de utilidade pública se encontram preenchidos, razão pela qual, apresentamos o presente projeto de lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI NÚMERO 61/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand (APAE), com sede e foro na cidade do mesmo nome, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente, a entidade acima, que se pretende seja declarada de utilidade pública, presta relevantes serviços à sua comunidade, no campo da assistência em geral aos excepcionais. Pela documentação anexa, verifica-se que a mesma preenche todos os requisitos legais exigidos para aquele fim, razão porque apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI NÚMERO 62/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O Poder Executivo determinará a abertura de licitação, até 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, para a execução das obras de construção do Posto do Corpo de Bombeiros, nos bairros do Portão, Bacacheri e Mercês, no município de Curitiba, previstos no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1977.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta da Verba consignada no Código 2912.06070212.607, do órgão — Secretaria do Estado de Segurança Pública, Unidade - Corpo de Bombeiros, da mesma atividade.

Art. 3º — A conclusão das obras a que se refere o Art. 1º, desta lei, ocorrerá em 1978, utilizando-se para tanto, dos recursos previstos pelo Orçamento Plurianual de Investimentos, Código 06070212.607.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições que a contrarie.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(aa) ENÉAS FARIA e ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

"... na elaboração deste ante projeto de lei, realce maior foi dado às ações que concorrem para a melhoria dos padrões vivenciais da população" (Gov. Jayme Canet Júnior - Mensagem número 64/75 à Assembléia Legislativa do Estado).

A Lei Orçamentária é uma definição, um programa, o início de uma ação executiva global que deve abarcar, em todo o período que abrange, os aspectos inteiros e todos, que anuncia.

O Orçamento há que ser a verdade diagnosticando a realidade e instrumentalizando o presente para adequar o futuro próximo às necessidades e aos anseios da sociedade.

A Lei Orçamentária em vigor, tendo tramitado nesta Assembléia Legislativa foi, entretanto, dada por aprovada, por decurso de prazo, em razão de fatos verificados na época. Isso, todavia, não invalida a definição ou o entendimento que se possa ter em relação a essa Lei Especial. Menos ainda, no caso concreto, sequer afasta os conceitos então emitidos pelo Poder Executivo.

Não se pode entender um Orçamento que venha a ser manipulado em desacordo com o que dispõe, com o que fixa, com o que obriga. Não se quer assim, não se crê assim.

A Lei Orçamentária para o exercício de 1977, com a previsão trienal do Orçamento Plurianual de Investimentos para 77/79, mais que prevendo, assimilando uma das mais justas aspirações da população de Curitiba, encampando um correto posicionamento de um dos setores responsáveis pela segurança da comunidade, estabelece:

LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1977

Órgão: Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Unidade: Corpo de Bombeiros.

Código: 2912.06070212.607

Serviços de Administração Geral.

— Através dos recursos do FUNRESTRAN, proceder a construção dos Postos do Corpo de Bombeiros, nos bairros do Portão, num total de 3.450 metros quadrados; Mercês, num total de 1.750 metros quadrados; e Bacacheri, num total de 1.900 metros quadrados, e ou outros cujas conclusões se darão em 1978. Cr\$ 7.575.000,00

ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO — 77/79

Resumo anual de despesa por projetos e atividades

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Corpo de Bombeiros.

Código: 06070212.607

Serviços de Administração Geral — C.B.

Ano 1977: Cr\$ 7.575.000,00

Ano 1978: Cr\$ 10.600.000,00

Ano 1979: Cr\$ 14.300.000,00

A cidade de Curitiba tem sido assolada, constantemente, por incêndios de grandes e graves proporções, além de sobre ela se abater uma série de outros sinistros, acontecimentos afetos à área da Segurança Pública, com responsabilidades diretas do Corpo de Bombeiros.

Sabidamente, os responsáveis pelo Corpo de Bombeiros têm proposto, ao longo do tempo, a descentralização dos seus quartéis, com a criação de postos estrategicamente localizados, de forma a atender, com maior eficácia, o trabalho que lhes compete.

O Governo do Estado incorporou a idéia, programou-a, fixou-lhe recursos.

Portanto, o que existe é uma idéia aprovada, um programa estabelecido, recursos legalmente fixados. Resta, tão somente, para a sua materialização que se concretize o planejado. Isto é, que a lei seja cumprida.

A necessidade é real. O plano foi encampado. O Governo afirma disposição de cumprir. Os recursos estão fixados em lei.

Razão porque entendemos válida a presente iniciativa eis que se ajusta à reivindicação geral, decorre de dispositivos legais, se ampara na Lei e na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho. — (Pausa).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na sexta-feira próxima passada, usou da tribuna o ilustre causídico, o grande advogado, atual Deputado, Dr. Jayme Rodrigues Carvalho, representando a cidade de Goioerê.

Como estávamos ausentes, queríamos agradecer aquele ilustre Parlamentar, pelo zelo que ele tem com seus colegas, em seus pronunciamentos. Pois se assim não fora, aquele ilustre seguidor de Pontes de Miranda, aquele homem letrado, que defendendo o complexo normativo que é a grande meta dos advogados, o ilustre ausente neste momento, Dr. Jayme Rodrigues Carvalho, quis fazer uma correção ao dizermos desta tribuna, que o eminente, o grande representante do Paraná, o lapaeno Ney Braga, o ilustre Ministro, que é o nosso orgulho, se for dirigido como Presidente da República, nós dizíamos em nosso pronunciamento que haveríamos de sofrer. E haveríamos de sofrer mesmo, como todos sofrem, como sofre o ilustre representante de Goioerê, a levar, a preostrar carrear benefícios para a sua comuna.

Aquele ilustre Deputado talvez, esquecendo-se do

antigo adágio, de que “o pior cego é aquele que não quer enxergar, e o pior surdo é o que não quer ouvir”. Dizíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem ser necessário sermos observados, sem ser necessário sermos criticados pelo ilustre seguidor de Pontes de Miranda, o causídico Jayme Rodrigues Carvalho, dizíamos que havíamos de sofrer com Ney Braga, como sofrem todos os parlamentares para trazer os benefícios para sua terra. Haveremos de sofrer com Ney Braga, como sofre Geisel, para conseguir a paz e a tranquilidade em nosso Estado. Haveremos de sofrer com Ney Braga na Presidência da República, como sofre aquele ilustre Parlamentar, quando procura carrear benefícios para sua região.

Porque a vida política, quer no Legislativo, quer no Executivo, não é outra coisa, Srs. Deputados, a não ser o sofrimento cotidiano, para quem quer sofrer em benefício de sua terra e de sua gente. Queria, o ilustre Deputado, que se fizesse um reparo no “Diário da Assembléia”, e nós estamos de pleno acordo, porque Ney Braga tem sofrido pelo Paraná, Ney Braga tem sofrido pelo Brasil, e todos os homens de boa vontade e de boa fé, com tirocínio administrativo, sofrem por sua gente.

Sofreu Jesus Cristo, pelo nosso povo; sofreu Jesus Cristo, quando foi crucificado, sofrem todos os homens de boa fé, os homens que não querem outra coisa a não ser o bem estar de sua Pátria.

Então não nos causou espécie, quando vimos como dissemos, o ilustre seguir de Pontes de Miranda, aquela mentalidade que nos deixa lá em baixo, pequeninos, pela nossa humildade peculiar, e dos homens do interior. A mentalidade de Jayme Rodrigues Carvalho, aquele homem que ao assomar à tribuna, nos deixa até temeroso de enfrentarmos.

Enfrentarmos o ilustre Parlamentar, porque dentro daquele seu tirocínio, dentro daquilo que ele mais tem, do seu pergaminho, nós haveremos de dizer, que sofrer é uma constante do povo, sofrer é uma constante dos homens que querem o bem desta sua terra e de sua gente.

Ele também sofre, quando fala em Goioerê, ele também sofre e sofremos nós, quando falamos no Paraná. E o sofrimento de Ney Braga, ao lado do povo do Paraná, ao lado do povo brasileiro, ao lado do Ministério da Educação e Cultura, pelo sofrimento quicá de glórias, e sofrimento de homens como disse, como foi Jesus Cristo, a sofrer em suas peregrinações. Como foi Paulo Apóstolo, sofrendo perseguições dos fariseus. Sofrendo a indiferença dos fariseus, com perseguições de outras terras.

Meu ilustre Jayme Rodrigues Carvalho, deixo aqui, o meu agradecimento, quando ele fala em sofrimento. E a minha admiração pelo seu alto estilo e pelo seu alto tirocínio, pelo estilo novo de fazer política, pelo estilo novo de interpretação. Porque, Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, me desculpendo a sua ausência, sofrer é uma alegria constante, quando se sofre por sua terra e por sua gente. E é neste instante, Sr. Presidente, que eu também quero se retifique o “Diário da Assembléia”, para que se diga alto e bom som, que se Ney Braga for Presidente da República como a mercê de Deus, haveremos de sofrer juntos, ARENA e MDB para carreamos com S. Exa., os benefícios que o Paraná tem direito; os benefícios que essa terra generosa merece e para que o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho fique com este marco na história da Assembléia.

Com os agradecimentos desse humilde Deputado que vê em S. Exa. o ilustrado advogado, o grande causídico de Goioerê os nossos agradecimentos, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho. Como dizia o ilustre companheiro de Assembléia, o ilustre ex-Deputado Alencar Furtado; grande tribuno, grande amigo e um dos ídolos paranaenses apesar de pertencer à outra facção; o ilustre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, “misturou caçada de tatu com serenata”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — No Pequeno Expedi-

ente concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, terceiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Um dos maiores problemas que atualmente atinge a esfera administrativa municipal, é sem dúvida alguma a contribuição previdenciária para com o Instituto Nacional de Previdência Social.

Isto porque um número bastante elevado de prefeituras municipais, pela precária situação financeira por que ora passam, não têm condições de atender a este encargo, fazendo com que a cada mês que passa, mais se avolume o débito já existente para com este instituto, mesmo podendo se facultar do parcelamento de débito que o INPS oferece, visando facilitar o pagamento da dívida, e a conseqüente regularização da situação junto àquela entidade previdenciária, não têm os municípios condições de saldar seus débitos previdenciários, pois tal parcelamento, se de um lado contribui para que os municípios, gradativamente, vão amortizando suas dívidas do outro, onera por demais as suas finanças, isto porque, além de levar em dia o pagamento das prestações referentes ao parcelamento, sendo que ainda sobre estas incidem os juros, a correção monetária, terão os municípios que recolherem concomitantemente as contribuições normais, ou seja, aquelas não integrantes do parcelamento (requisito este rigorosamente exigido para a concessão do parcelamento).

A situação regularizada junto ao INPS é condição indispensável para que os municípios possam valer-se de financiamento junto a estabelecimentos bancários nos quais os órgãos públicos possuem o controle acionário.

Tal exigência tem prejudicado muito aos administradores municipais, no que concerne a seus planos de governo.

Pois, pelo fato do município encontrar-se em débito para com o INPS, lhe é negado o certificado de regularidade de situação, documento este, que os habilita para a operação financeira desejada.

Senhores Deputados, sendo nossa intenção a de poder auxiliar aos municípios de nosso Estado é que aproveite esta oportunidade para apelar a Vossas Excelências para que aprove o requerimento que ora apresento, a ser enviado ao Ilmo. Sr. Presidente daquele instituto previdenciário, pelo qual sugerimos àquela autoridade uma possível solução para o problema em apreço, ou seja: aquele instituto baixar normas que possibilitem às Prefeituras, em vez de efetuar o pagamento de seus débitos diretamente ao INPS, ressalvadas as contribuições normais, aplicar o valor dos mesmos em assistência social local, isto mediante um plano de aplicação e forma de prestação de contas previamente aprovados pelo INPS.

A assistência social, inegavelmente, tornou-se um encargo obrigatório das administrações públicas as quais não podem se furtar na solução dos graves problemas que tornam, dia a dia, proporções alarmantes, principalmente nas cidades do interior onde a ação dos governos estadual e federal ainda não se fez presente, como devia ser.

É de se salientar que o êxodo rural, o desemprego e outros fatores fazem com que famílias inteiras se agrupem nas zonas urbanas em busca de meios de sobrevivência sem, contudo, encontrarem o amparo necessário.

Um dos meios de amenizar o sofrimento dessa população enferma, desnutrida e mal agasalhada é manter um serviço de assistência social, notadamente no que se refere à assistência médico-hospitalar.

Sabemos, por conseguinte, que na maioria dos municípios paranaenses não é possível uma ação imediata do Governo do Estado e do Instituto Nacional de Previdência Social no sentido de atuar no campo a que nos referimos.

Dai sugerimos àquela Instituto de Previdência, que ao invés de exigir dos municípios a contribuição previdenciária,

firme com estes um convênio para que os mesmos mantenham, permanentemente, esse tipo de serviço, com recursos provenientes da retenção dessas contribuições.

A aplicação desse recurso, poderia ser realizada de acordo com os termos do convênio e fiscalizado pelo próprio INPS mediante prestação de contas a que se obrigaria o município, sob pena de, não o fazendo, ter que recolher aos cofres daquele Instituto, as contribuições devidas, sem direito a parcelamento.

Assim, portanto, Srs. Deputados, fica aqui o nosso apelo, para aprovarmos o documento a ser enviado ao Ilmo. Sr. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, solicitando deste um exame à nossa sugestão, pois, com esta atitude estaremos amparando os municípios e ajudando-os a solucionar um grave problema social.

O requerimento que ora encaminho à Mesa é nos seguintes termos:

(Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja encaminhada ao Ilmo. Sr. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social — Dr. Reinoldo Stephanes, sugestão no sentido de que os débitos em atraso dos municípios para com aquele instituto de previdência, sejam creditados às Prefeituras, a fim de serem aplicados em programas de assistência social local, previamente aprovados pelo INPS.

Tal sugestão tem por finalidade regularizar a difícil situação em que se encontram a quase totalidade dos municípios brasileiros junto ao INPS, a viria possibilitar às Administrações municipais maiores condições de solucionarem os encargos que obrigatoriamente lhe são acometidas por lei federal, visando o atendimento da assistência social, que cabe ao poder público, recaindo sempre o maior encargo sobre o município que tem o contato direto com a comunidade, pois é sabido que em muitos municípios não tem nem hospital credenciado pelo INPS.

Para melhor justificar anexo cópia do pronunciamento que acabo de fazer sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977”.

(a) Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Um dos maiores problemas que atualmente atinge a esfera administrativa municipal, é sem dúvida alguma a contribuição previdenciária para com o Instituto Nacional de Previdência Social.

Isto, porque um número bastante elevado de Prefeituras Municipais, pela precária situação financeira por que ora passam, não têm condições de atender a este encargo, fazendo com que a cada mês que passa, mais se avolume o débito já existente para com este Instituto.

Mesmo podendo se facultar do parcelamento de débito que o INPS oferece, visando facilitar o pagamento da dívida, e a conseqüente regularização da situação junto àquela entidade previdenciária, não tem os Municípios condições de saldar seus débitos previdenciários pois tal parcelamento se de um lado contribui para que os municípios gradativamente vão amortizando suas dívidas, do outro, onera por demais as suas finanças, isto porque, além de levar em dia o pagamento das prestações referentes ao parcelamento, sendo que ainda sobre estas incidem os juros e correção monetária, terão os municípios que recolherem concomitantemente as contribuições normais, ou seja, aquelas não integrantes do parcelamento (requisito este rigorosamente exigido para a concessão do parcelamento).

A situação regularizada junto ao INPS é condição indispensável para que os municípios possam valer-se de financiamento junto a estabelecimentos bancários nos quais os órgãos

públicos possuam o controle acionário.

Tal exigência tem prejudicado muito aos administradores municipais, no que se concerne a seus planos de governo.

Pois, pelo fato do município encontrar-se em débito para com o INPS, lhe é negado o Certificado de Regularidade de Situação, documento este, que os habilita para a operação financeira desejada.

Senhores Deputados, sendo nossa intenção e de poder auxiliar aos municípios de nosso Estado é que aproveite esta oportunidade para apelar a Vossas Excelências, para que aprove o requerimento que ora apresento, a ser enviado ao Ilmo. Sr. Presidente daquele Instituto Previdenciário, pelo qual sugerimos àquela autoridade uma possível solicitação para o problema em apreço, ou seja: aquele Instituto baixar normas que possibilitem às Prefeituras, em vez de efetuar o pagamento de seus débitos diretamente ao INPS, ressalvadas as contribuições normais, aplicar o valor dos mesmos em assistência social local, isto mediante um plano de aplicação e forma de prestação de contas previamente aprovados pelo INPS.

A assistência social, inegavelmente, tornou-se um encargo obrigatório das administrações públicas as quais não podem furtar-se na solução dos graves problemas que tornam, dia a dia, proporções alarmantes, principalmente nas cidades do interior onde a ação dos governos estadual e federal ainda não se fez presente como deve ser.

É de se salientar que o êxodo rural, o desemprego e outros fatores fazem com que famílias inteiras se agrupem nas zonas urbanas em busca de meios de sobrevivência, sem, contudo, encontrarem o amparo necessário.

Um dos meios de amenizar o sofrimento dessa população enferma, desnutrida e mal agasalhada é manter um serviço de assistência social, notadamente no que se refere a assistência médico-hospitalar.

Sabemos, por conseguinte, que na maioria dos municípios paranaenses não é possível uma ação imediata do governo do Estado e do Instituto Nacional de Previdência Social no sentido de atuar no campo a que nos referimos.

Daí sugerimos aquele Instituto de Previdência, que ao invés de exigir dos municípios a contribuição previdenciária firme com estes um convênio para que os mesmos mantenham, permanentemente, esse tipo de serviço, com recursos provenientes da retenção dessas contribuições.

"A aplicação desse recurso", poderia ser realizada de acordo com os termos do convênio e fiscalizado pelo próprio INPS mediante prestação de contas a que se obrigaria o município, "sob pena de não o fazendo", ter que recolher aos cofres daquele instituto, as contribuições devidas, sem direito a parcelamento.

Assim, portanto, Senhores Deputados, fica aqui o nosso apelo, para aprovarmos o documento a ser enviado ao Ilmo. Sr. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, solicitando deste um exame à nossa sugestão, pois, com esta atitude estaremos amparando os municípios e ajudando-os a solucionar um grave problema social."

Era só, Sr. Presidente.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo, inicialmente, manifestar de público a minha satisfação e as minhas congratulações pela iniciativa e pela ideia que acaba de trazer o Deputado Gilberto Carvalho.

Problema que agita a comunidade brasileira, não só paranaense, mereceu de S. Exa. uma especial atenção, podendo produzir uma solução capaz, não só de resolver impasses existentes entre municipalidades e Instituto Nacional de Previdência Social, como capaz de alargar este atendimento a todos quantos

dependem de assistência.

Voltarei ao assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando de sua discussão.

Sr. Presidente, esta Casa, no ano passado, deixou de apreciar a Lei Orçamentária.

Foi ela dada por aprovada por decurso de prazo, através de fatos que todos conhecemos e que vivemos naqueles dias, madrugada a dentro.

Não vem ao caso, agora, o episódio.

O importante é que o fato que fez com que esta Casa debruçasse-se, noite a dentro, na deliberação daquele assunto, era tão só a existência de um artigo, no anteprojeto, que queríamos ver eliminado da lei.

Não foi possível.

Conta do corpo da lei o artigo que proporciona, ao Poder Executivo, a prerrogativa de, a seu critério, a qualquer tempo, por decreto, remanejar verbas e modificar, portanto, a Lei Orçamentária.

Temos que o orçamento é uma deliberação de intenções.

Temos que o orçamento deve ser, acima de tudo, a verdade.

Temos que o orçamento é uma definição.

Temos que o orçamento é uma verdade àquilo que se propõem o Executivo a realizar com os recursos que arrecada, diante das despesas que pretende fazer.

Não tem sido assim no Estado do Paraná.

Um cotejo das leis orçamentárias entregues ao Governo com as realizadas anteriormente, mostram que pelo Executivo, tantos e tantos itens, tantos e tantos programas, tantos e tantos planos, são postergados, são relegadas, são eliminados, em favor de outros que possam surgir, de emergências que possam acontecer, ou de novas intenções que surjam no meio do exercício.

Entretanto, o Poder Executivo tem reafirmado que a sua intenção, Sr. Presidente, o seu desejo, é de fazer do orçamento uma verdade.

E dentro dessa verdade, cumprir o que ali está estabelecido.

Entendo mesmo que esta Casa deveria, pela sua comissão própria, de sua comissão técnica, especializada, dar maior atenção à execução desse orçamento.

Acompanhando "pari passu" sabendo o que ocorre, as modificações que são implantadas.

Esse plano, Srs. Deputados, vale dizer que passamos também a atentar para esse aspecto do contexto administrativo do Estado.

E como primeira iniciativa, de um lado, procurando testar a intenção de que a verdade deve ser cumprida e a lei executada.

E de outro, buscando, no corpo da lei orçamentária, uma atitude altamente reivindicada, profundamente requisitada pela população de Curitiba.

Senhores, o orçamento estabelece que deve ser cumprido, que deve ser executada a obra.

O orçamento fixa-lhe recursos.

O plano se estende ao orçamento plurianual.

Entretanto, os anos escoam, o tempo se vai, e não se vê — há quem diga — uma das mais caras, uma das mais sentidas, uma das mais reclamadas reivindicações da população curitibana.

Curitiba — já tratei desse assunto outro dia — tem sido vítima freqüente, até com alarmante freqüência, de incêndios e de outros sinistros correlatos.

O Corpo de Bombeiros, apesar do esforço dos homens que lá prestam serviços, não tem podido, em cada acontecimento dessa ordem, agir com êxito, agir com presteza, agir com eficiência.

O risco à vida e à propriedade, tem se repetido e continua iminente.

Curitiba, hoje, uma cidade quase beirando um milhão de habitantes.

Curitiba, hoje, detentora de uma cidade industrial, de um distrito industrial florescente.

Curitiba hoje sediando um parque de inflamáveis dos mais consideráveis.

Curitiba, hoje, pela sua própria natureza, como Capital, enfrentando uma série de problemas, não pode continuar a ter a prevenção para a sua segurança relegada, diminuída, menosprezada.

Por isto, Srs. na escassez do tempo deste Pequeno Expediente, venho para trazer à consideração da Casa projeto de lei que tem, com muita honra a co-autoria do eminente Deputado Accioly Neto que tem se revelado também com estes assuntos.

Projeto de lei que busca materializar o que a Lei Orçamentária define e exige:

“ARTIGO PRIMEIRO: O Poder Executivo determinará a abertura de licitação, até 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, para a execução de obras de construção de postos de Corpo de Bombeiros, nos bairros do Portão, do Bacacheri e das Mercês, no Município de Curitiba, previstos no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1977.

ARTIGO SEGUNDO: As despesas decorrentes de execução da presente lei, correção à conta da verba consignada no Código 2912.06070212.607, do órgão — Secretaria do Estado de Segurança Pública, Unidade — Corpo de Bombeiros, da mesma atividade.

ARTIGO TERCEIRO: A conclusão das obras a que se refere o Artigo Primeiro, desta lei, ocorrerá em 1978, utilizando-se para tanto, dos recursos previstos pelo Orçamento Plurianual de Investimentos, Código 06070212.607.”

Senhores, sei que esta Casa quer ver a lei cumprida.

Senhores, sei que esta Casa quer ver Curitiba preservada.

Muito obrigado. — (“Sem revisão do orador”).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de comunicar e registrar a presença neste plenário do Sr. Luiz Carlos Zuk, digníssimo Prefeito Municipal de Ponta Grossa e ex-Deputado Estadual.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já não é novidade dizer-se que os municípios paranaenses, os municípios brasileiros estão empobrecidos, sacrificados e arrojados pela política tributária imposta pelo Governo Federal.

Todos sabemos que discriminação de rendas imposta pela Constituição outorgada por uma Junta Militar, concentrou na mão da União todos os recursos econômico-financeiros.

No Estado autoritário e unitário, como se criou neste País, todos os fundos, todos os recursos, todos os tributos foram canalizados para o Poder Central deixando os municípios brasileiros a pedir com os pires na mão; a pedir com a bandeja na mão.

Todos sabemos, e isto foi muito dito e bem dito, na última campanha eleitoral, que enquanto mais de 50 por cento do imposto arrecadado no município vai para o Governo da União, mais de 30 por cento dos impostos vão para o Governo do Estado, apenas cerca de 10 por cento fica em poder dos municípios.

Todos sabemos que existe um Fundo Estadual de Impostos, que o Estado arrecada o ICM e, do total arrecadado, distribui posteriormente, 20 por cento a cada município, de acordo com a arrecadação em cada município.

Ocorre que, quando o Estado arrecada e distribui posteriormente, distribui apenas o imposto pago em dia, apenas o ICM pago dentro do prazo certo, mas não distribui aos municípios, o que eles têm direito, que é o correspondente à confissão de dívida, ao parcelamento de débito, à dívida ativa, à multa

e à correção monetária.

Os Estados brasileiros estão ficando com parte substancial da arrecadação que por direito, que por lei, que pela Constituição cabe aos municípios.

Mas eis que alguns municípios de S. Paulo foram em juízo cobrar do Governo do Estado de S. Paulo, a parte que lhe cabe na dívida ativa, no parcelamento, na confissão de dívida, na multa e na correção monetária.

Não tiveram sucesso na 1a. Instância, por razões compreensíveis; não tiveram sucesso na 2a. Instância, também por razões compreensíveis, mas, eis que a matéria foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal, e o Supremo Tribunal Federal houve por bem de em admitir o recurso extraordinário de alguns municípios paulistas, proferindo decisão cujo acórdão recentíssimo nós temos a satisfação de trazer ao conhecimento do Paraná, de trazer ao conhecimento desta Casa, para que os municípios do Paraná também possam cobrar, do Governo do Paraná, o dinheiro que lhes pertence e que o Governo do Paraná está ficando com ele, há muito tempo.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a emenda do acórdão do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário 82/102, de S. Paulo.

Diz a emenda:

“ICM — multa moratória — interpretação do artigo 23, parágrafo 8o. da Emenda Constitucional 1/69:

A Emenda Constitucional 1/69 em seu artigo 23, § oitavo, visou a estabelecer um sistema de partilha cujo objeto abrange não só o imposto em si, mas também de todas as parcelas que lhe agregam como acessórias, e a que teriam direito Estados ou Municípios que se figuram na arrecadação exclusivamente para tal.

O valor considerado para este dispositivo é o valor do crédito tributário — Imposto e Acessórios — ou seja, todo o valor que é recebido pelo Estado com o imposto, e em virtude dele.

Nada pode ser retirado a título de ressarcimento de despesas com a atividade arrecadadora que inclui, em sua complexidade e fiscalização, recurso extraordinário conhecido e provido”.

O voto vencedor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e que prevaleceu na decisão, foi o do Ministro Moreira Alves, ex-Procurador Geral da República.

E o seu voto, apelação ao voto, é o seguinte:

Sr. Presidente, salientou, o eminente Relator, que conhecia do recurso:

“A Argumentação que S. Exa. desenvolve agora não foi, evidentemente, examinada no meu voto.

Ela no entanto, não modifica a opinião que tenho a respeito da matéria.

E tendo que a questão é de natureza constitucional, e quando o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal estabelece que o recurso será cabível, (não é o caso, Sr. Presidente) e liamos matéria de natureza eminentemente processual.

Leremos, agora, o voto do Sr. Ministro Moreira Alves, que trata da parte objetiva da matéria.

“Com a devida vênia do eminente Ministro Xavier de Albuquerque, entendo que a questão é de natureza constitucional, uma vez que diz respeito à fixação do alcance da expressão “do produto da arrecadação do imposto mencionado no item II” contida no § 8o. do artigo 23 da Emenda Constitucional 1/69.

A sentença de primeiro grau, cujos fundamentos foram acolhidos pelo acórdão ora recorrido, delimita bem a controvérsia:

“Não se discute aqui a retenção de 3 por cento ou de 1 por cento para fazer face ao custeio de despesas.

Tão somente que o Estado está pagando o principal em

desacordo com o preceito constitucional”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que dispunha

já se esgotou. E lhe concede, todavia, mais um minuto.

O SR. OSVALDO MACEDO — E concluindo, Sr. Presidente, deixo de ler o brilhante voto do eminente Ministro Moreira Alves para, dando conhecimento a esta Casa quero apenas ao seu final, dizer “Dentre as parcelas que são arrecadadas com o imposto e em virtude dele está inequivocamente, a multa decorrente da impontualidade — confessada ou descoberta — do contribuinte”.

E em aproveitando o minuto que a benevolência dessa Presidência me concede, quero ler para conhecimento deste Plenário, o requerimento que encaminhamos à Mesa desta Assembléia para deliberação do Plenário e que tem o seguinte teor:— (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado encarecendo providências urgentes no sentido de determinar providências imediatas no sentido de que seja promovida a distribuição, aos municípios paranaenses, de percentagem que lhes cabe no Imposto de Circulação de Mercadorias por motivo de infração, por dívida ativa, confissão de dívida, parcelamento de débito, multa, correção monetária etc., vale dizer, do ICM arrecadado fora do prazo, tudo de conformidade com o disposto pelo art. 23, II, § 23, da Constituição Federal, nos termos da interpretação definitiva oferecida pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no Recurso Extraordinário No. 82.102.

Vale acrescentar que essa distribuição deve corresponder não só a recebimentos futuros, mas também, a recebimentos já realizados anteriormente, com a devida correção.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.”

Era só, Sr. Presidente.— (“Sem revisão do orador”).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Durante vários anos os problemas decorrentes das condições sub-humanas da favela existente no Bairro do Capanema, em Curitiba, preocuparam as autoridades municipais, estaduais e federais.

Assim, sensibilizados, diversos homens que ocupam posições relevantes na administração pública, programaram uma solução com características humanísticas, que foi executado desde alguns meses atrás e hoje já completamente concluído, apresenta novos horizontes às famílias que foram transferidas a núcleos residenciais localizados em diversos pontos da Capital do Estado.

Não é sobre a nova condição social que comentaremos rapidamente nesta oportunidade, mas especificamente, sobre o cuidado com que estão agindo as autoridades públicas no tocante ao atendimento do menor carente que se encontra aos cuidados das famílias que foram removidas.

O Instituto de Assistência ao Menor, com recursos da FUNABEI está proporcionando uma assistência direta e permanente a 480 menores que se encontram nestes núcleos residenciais, além de outros que estão acolhidos na Guarda Mirim, modelar instituição localizada na cidade de Curitiba.

Como Parlamentar que analisa o problema do menor abandonado, juntamente com outros Deputados com assento nesta Casa Legislativa, destaca este fato que deve servir de exemplo a outras administrações públicas, pois é através da assistência devida ao menor que poderemos construir uma nação forte.

É através do apoio às famílias que poderemos realmente encontrar as soluções para os magnos problemas que hoje são

apresentados pela sociedade.

Fica portanto o nosso aplauso consignado ao Dr. Newton Grein e a todos aqueles que se interessaram em bem encaminhar a questão para que se evitem problemas futuros de grande gravidade, através da boa formação dos menores.

Era só, Sr. Presidente.— (“Com revisão do orador”)

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lê) “O realismo me faz apostas na inflação.

Entre a capacidade e habilidade do Superministro Mário Simonsen e o avanço da inflação, fico com a inflação.

Não que deseje a corrosão do padrão de vida do povo, já tão baixo.

Não que se deseje a deterioração dos salários, já insuficientes.

Vá lá que outros tentassem o combate à inflação e nós seríamos até otimistas em que a redução possa ser substancial.

Estaríamos na primeira fila dos torcedores, nessa luta contra o monstro inflacionário.

Entre São Jorge e o Dragão, fico sempre com São Jorge, sua lança, seu cavalo e sua coragem.

Mas, o Ministro Simonsen não é São Jorge.

É na verdade, um dos donos do Dragão.

Eles têm alimentado o seu monstro com nosso sangue e agora, demagogicamente, afia a lança, ajazea o cavalo e exhibe uma atitude que parece coragem, mas não creio:

Para nós é traiçoeira.

Não pode ser coragem.

Temos a certeza que o Superministro está preparando uma porção que não vai matar o monstro.

Vai matar a economia.

A economia dos pequenos: dos agricultores, dos trabalhadores em geral, dos funcionários.

Não sei bem se o mais certo não é torcer pelo Dragão.

Afinal, morrer em holocausto de uma ação aparentemente útil mas reconhecidamente ineficiente, é exigir demais.

Para compensar a corrida inflacionária, mesmo ante-endo o desenlace da luta, o Governo Federal acenou com a composição de um 14o. salário aos trabalhadores que obtenham reconhecida perseverança e produtividade.

E, forçoso é reconhecer, o Sr. Governador do Estado há algum tempo, desconfiado do rumo dos acontecimentos, decidiu conceder um aumento de vencimentos ao funcionalismo, que mais como forma pudesse atender a categoria de servidores.

E inverteu, em alguns aspectos o aumento concedido em 76.

Maior em baixo, menor no meio.

E, se temos críticas ao Governo Estadual, naquilo que é político e necessita capacidade e inventiva para atender às necessidades do Paraná, não esquecemos de dizer de sua atitude justa nos limites da concessão do aumento.

O Sr. Governador do Estado tomou uma primeira iniciativa ajustada quando da concessão do aumento ao funcionalismo, encontrando forma de distribuir melhor o aumento dos servidores que estão embaixo da pirâmide funcional.

Porém, já chegamos à metade do ano e a voragem dos custos e da inflação minou e corroeu os salários e vencimentos.

Já não se percebe a mesma alegria pelos ordenados recompostos.

O que se percebe no rosto dos funcionários é aflição e apreensão ante o futuro.

Não temos o poder de curar o País enfermo.

Temos o remédio mas não podemos ir aos doentes.

Temos o remédio mas o Governo não permite aplicá-lo. E enquanto insistimos e aguardamos uma oportunidade para ajudar o País, temos que protestar, analisar e recomendar.

Sabemos tão bem quanto o Governador do Paraná que seu ato de distribuir um aumento com percentuais inversamente concedidos às classes e categorias de funcionários foi uma grande medida social. Embora os percentuais fossem insuficientes, ficou a iniciativa.

Porém se os percentuais foram insuficientes, é preciso reajustá-los de tempos em tempos. Esta é outra iniciativa necessária. E acreditamos, até, que o Governador pense assim mas esteja condicionado pelas medidas federais a não conceder novos aumentos. Que fazer, então?

Recomendo como necessário. Sugiro que o Governo Estadual conceda o décimo-terceiro salário ao funcionalismo, numa medida pioneira e necessária. Especialmente, no momento em que o próprio Governo Federal concedeu aumentos disfarçados pela reclassificação mesmo não atingindo a todos, mas demonstrando que tem que fazer isso como medida útil e urgente.

Quando, além de uma reclassificação para os setores funcionais "produtivos", decretou o décimo-quarto salário para os trabalhadores.

Sabemos que nem a reclassificação, nem o décimo-quarto salário são suficientes para atender às necessidades de trabalhadores públicos. Como sabemos que o aumento estadual também não conseguiu mais do que uma forma de equilíbrio, justa como modelo e não como índice.

Entretanto, a recomposição de salários e vencimentos é inadiável, sob pena de estreitarmos a capacidades aquisitiva dos milhares de funcionários estaduais. Aqueles que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, esperam um simples ajustamento legal, ao decreto do Governo Federal.

Sugerimos que o Sr. Governador do Estado, adote providências para a concessão do décimo-quarto salário aos servidores regidos pela C.L.T., no serviço estadual. E que determine os estudos para a concessão do décimo-terceiro vencimento àqueles que trabalham para o Estado regidos pelo Estatuto dos Servidores Civis.

Todos sabemos que essas medidas são necessárias e de justiça. E o Poder Executivo deve também assim entender".

Por esse motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho para a aprovação desta Casa, o seguinte requerimento: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná Jayme Canet Júnior, sugerindo a concessão do décimo-terceiro salário aos servidores públicos estaduais, bem como sejam feitos estudos para a concessão do décimo-quarto salário aos funcionários que servem ao Estado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal recentemente decretou o décimo-quarto salário aos trabalhadores brasileiros que preenchem condições de atividades contínuas e produtivas.

Esse benefício indiscutivelmente necessário, procura recompor os salários das classes trabalhadoras, mas dentro das condições de crise que não permitem alimentar a inflação através da concorrência direta entre salários e preços.

Se bem que não atinja os objetivos sociais que constituem o anseio nacional, tem grande importância para os trabalhadores e para as atividades empresariais que vêm aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros.

Não é justo que o funcionalismo público e os servidores públicos que não gozam dos direitos estatutários sejam manti-

dos à margem dessa recomposição salarial. E então se impõem o reparo através de medidas governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna para tecer alguns comentários sobre um assunto da vida esportiva paranaense.

Há pouco tempo o Curitiba Futebol Clube, uma das mais tradicionais agremiações esportivas de nosso Estado, resolveu mudar o nome de seu Estádio, de Belfort Duarte para Couto Pereira.

Esta mudança, que a princípio parecia pacífica, acabou se tornando polêmica, chegando a ir até à Justiça, onde se procura uma mudança, ou seja, a invalidação do nome atual do Estádio Couto Pereira.

É necessário, Sr. Presidente, antes de mais nada, que se saiba quem foi o homenageado Major Couto Pereira, para que se possa fazer uma avaliação do mérito desta troca de nomes.

Couto Pereira, cidadão honorário de Curitiba, cearense da nata, residiu no Paraná por mais de 50 anos e teve uma existência quase que dedicada ao Curitiba Futebol Clube.

A propósito, é conveniente que se lembre o episódio do recebimento do título de cidadão honorário na Câmara Municipal, quando era saudado pelo orador nos seguintes termos: "No momento em que a cidade resgata uma dívida de gratidão para com o glorioso brasileiro cearense, que fez de Curitiba sua cidade de coração, saúdo o extraordinário filho do Ceará — o Estado dos "verdes mares bravios"! Saúdo o Major Couto Pereira, o homem dinâmico, o esportista, o militar, o político e o cidadão, que nasceu — como Iracema de José de Alencar — "além, muito além daquela serra que ainda azula no horizonte", que nasceu no longínquo município de Baturité, no Estado do Ceará, a 23 de janeiro de 1896, filho do Sr. Lindolfo Pereira Lima e de Dona Francisca Couto Pereira. Fixou residência nesta Capital, precisamente no dia 16 de abril de 1916".

Desde então, de 1916 até 1976, época de seu falecimento, Couto Pereira dedicou-se quase que exclusivamente às atividades e na direção do Curitiba Futebol Clube.

Trabalhou 27 anos pelo Curitiba, 17 dos quais esteve no exercício do espinhoso cargo de Presidente desse poderoso esquadrão que é orgulho da Terra dos Pinheirais.

Tendo, nessa fase, e em sua administração, construído o Estádio Belfort Duarte, iluminado o campo e introduzido diversas modificações, fizeram com que o Curitiba fosse uma das potências do nosso esporte.

Mas não foi apenas como desportista que Couto Pereira se destacou.

Outro aspecto louvável da vida desse emérito personagem é o que se relaciona com sua brilhante vida militar e a alta missão que desempenhou, no Paraná, no episódio revolucionário de 1930, importante atuação.

Inclusive, Couto Pereira participou no movimento de 1930, representando o Paraná, na Delegação que era chefiada pelo saudoso General Plínio Alves Monteiro, o Sr. Osvaldo Aranha e o então Presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, posteriormente Chefe Supremo da Revolução de 1930.

Couto Pereira se destacou ainda como político. E assumiu, no Paraná, nesta Casa, seu mandato como Deputado constituinte, em 12 de abril de 1934. E, posteriormente, como primeiro suplente de deputado, pela Frente Trabalhista Cristã, em 03 de outubro de 1950.

Aliás, esta não é a primeira vez que se reverencia, nesta Casa, as qualidades, as virtudes do ex-Deputado Couto Pereira. Já em 25 de janeiro de 1966, em sessão especial, em que se comemorava o seu 70º aniversário, a Assembléia prestou-lhe

homenagens. E o orador oficial, ex-Deputado Miguel Dinizo, dizia naquela ocasião:

"Homem que veio do Ceará, há 50 anos atrás, procurou o Paraná para continuar a trabalhar pela grandeza do Brasil. Não ficou somente nas suas próprias lides. Ele tomou parte constante na política do Estado, foi deputado à Constituinte de 1935, ocupou nesta Casa a Primeira Secretaria, e o fez com tanto merecimento e com tanto cuidado que, naquela ocasião, recebeu encômios de todos aqueles que o conheciam".

Apartando o ex-Deputado Miguel Dinizo, o ex-Deputado Eurico Batista Rosas, disse o seguinte: "A personalidade de Couto Pereira, que poderia nessas lides políticas ficar afastado, preferiu sempre enfrentar a luta, enfrentar o trabalho, dispondo-se a enfrentar, também, a opinião pública do Paraná, candidando-se e disputando eleições, democraticamente; assim o Major Couto Pereira, mercê de seus atributos pessoais, de seu espírito de luta, a cada dia que passava, ia conquistando ainda mais o coração dos paranaenses, até que se tornou autêntico curitibano para receber o título de cidadão curitibano, por um Projeto de Resolução da nossa Câmara Municipal".

Também o Deputado Leovegildo Salles consignava a sua opinião: "Recordar a atuação desse homem público na vida paranaense seria assim como que desnecessário, porque o nome de Couto Pereira é um nome que está marcado não só na vida pública do Paraná, mas também na vida esportiva de nosso Estado.

Nós que acompanhamos desde moços, quase mesmo desde meninos, a atuação magnífica deste brasileiro à frente das agremiações esportivas da nossa terra, das quais ostenta o honroso título de seu Grande Benemérito, e, como desportista que sou também, sempre soubre admirar esta figura magnífica de homem, de cidadão brasileiro, de cidadão paranaense que é o major Couto Pereira.

Para honra da nossa Assembléia Legislativa, ele aqui também já teve o seu mandato, também já teve oportunidade de demonstrar o brilhantismo da sua atuação, atuação sempre a favor das causas do Paraná e do Brasil, marcando de maneira indelével esta personalidade indiscutível que nós, paranaenses queremos que seja nossa; por assim ser é que lhe outorgamos o título de cidadão paranaense".

Portanto, Srs. Deputados, já em vida era digno e era merecedor dos maiores elogios o Presidente há 17 anos do então "Coritiba Futebol Clube".

Mas não foram só Deputados que registraram opiniões concretas e elogiosas a respeito deste homem, deste Deputado. O próprio Interventor Manoel Ribas consignou a seguinte dedicação especial em data de 18 de abril de 1942, a respeito da personalidade do homem que hoje pretendemos homenagear.

O Coritiba Futebol Clube, representa efetivamente em nosso Estado, a maior expressão desportiva, não só mantendo em perfeito funcionamento várias modalidades de esporte com dedicação e firmeza, como contribuindo de modo patente, para maior embelezamento de nossa "cidade sorriso", com a construção deste majestoso Estádio "Belfort Duarte", e agora com mais um notável empreendimento, digno de nossa admiração, qual seja a inauguração da sua iluminação, e que hoje se realizou, oferecendo a grande assistência um brilhante espetáculo.

Ao Coritiba Futebol Clube, na pessoa do seu grande Presidente e valoroso desportista Major Couto Pereira, deixo aqui consignado neste livro, minhas calorosas felicitações com voto votos de constante progresso. Assinado Manoel Ribas".

Uma outra personalidade que foi o grande jornalista Thomaz Malzoni, da "Gazeta de São Paulo", em 08 de setembro de 1942, quando visitava o Paraná numa cobertura desportiva, deixou consignada também a seguinte impressão:

"Ao visitar as dependências do majestoso Estádio "Belfort Duarte" e da sua sede social, me foi dado a oportunidade de

conhecer UM HOMEM MÁQUINA.

Há uma figura extraordinária no futebol de Curitiba, um homem máquina, idealizador cheio de iniciativas que sempre converte em realidade em prol do progresso esportivo de seu clube e do Paraná.

É o Major COUTO PEREIRA, Presidente do Coritiba Futebol Clube, esportista conhecidíssimo em São Paulo.

Grandiosa é a sua obra realizada nos 23 anos de eficiente gestão na diretoria alvi-verde.

A praça de desportos do Alto da Glória, uma verdadeira jóia, exprimiria por si só o excepcional espírito de trabalho e organização de COUTO PEREIRA, mas, ele foi além, erguendo junto ao Estádio uma sede social que é um monumento. Conquanto ainda inacabada, o edifício assombra os que o visitam, constituindo um modelo e um exemplo de esforço e de amor que os coritibanos dedicam ao enriquecimento do patrimônio de seu clube. E tudo isso mercê da visão clara e da operosidade incomparável do Major COUTO PEREIRA.

Que homem e que esportista!"

Também um dos diretores do Conselho Nacional de Desportos e Diretor da Confederação Brasileira de Desportos J.M. Castelo Branco, em 10 de 11 de 1944, visitando o Coritiba Futebol Clube, deixava consignada a seguinte expressão:

"O Coritiba Futebol Clube é uma organização esportiva e social que se nivela às dos grandes clubes da nossa Pátria, enriquecendo o patrimônio desportivo do Estado do Paraná.

Tem à frente dos seus destinos o dinâmico Major COUTO PEREIRA, cujos relevantes serviços prestados ao desporto em geral, já o fazem também um grande desportista nacional a quem a Confederação Brasileira de Desportos já deve grande soma de trabalho.

Consigno, pois, com grande satisfação, a minha grande admiração a esse glorioso clube, no momento em que sou atenciosamente recebido em sua sede social".

Portanto, Srs. Deputados...

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Pois não, eminente Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, associe-me ao pronunciamento de V. Exa. quando assisto, quando ouço até muito emocionado, o desfile das obras deste grande Couto Pereira.

Deputado, só quem conviveu com ele como eu o fiz, "pari passu", e só quem o conheceu como eu o conheci na sua personalidade, na sua luta, na sua dedicação de homem público e de chefe de família, de amante do time para o qual eu não torço, pode avaliar a grandiosidade desta homenagem que alguém do Paraná quer lhe prestar, tão bem, dando ao Estádio do Coritiba, o nome de Couto Pereira.

Eu vi, Deputado, a sua luta, eu vi a sua dedicação, eu vi o seu amor, o seu carinho pelo Coritiba Futebol Clube, eu vi de perto, vi com ele, senti com ele, Deputado Nilso Sguarezi.

Parabéns por este seu pronunciamento!

Termino este aparte, dizendo que ainda é muito pouca a homenagem prestada a Couto Pereira, por tudo que ele fez pelo esporte, por tudo que ele fez pelo Paraná!

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito estar perfeitamente à vontade para abordar este assunto, pois é conhecida, na Casa, a minha posição com referência a homenagens, inclusive quanto à questão de títulos de cidadania honorária, ao que tenho, sistematicamente, votado contrário. Mas aqui, o caso se reveste de um outro significado:

A pessoa a quem presto esta homenagem, já não é mais viva; a pessoa a quem o Paraná deve muito, inclusive esta Casa, já faz parte da história e não está mais entre os vivos. A homena-

gem então, deve ser encarada sob outro aspecto.

Também não se trata de desconsideração para com o insígne esportista que foi Belfort Duarte, não. Porque Belfort Duarte é um nome que jamais será apagado do cenário esportista nacional. Ele teve a honra de nominar o maior prêmio esportivo que um atleta, que um esportista pode conseguir hoje no Brasil, que é o prêmio de disciplina: a todo aquele atleta que não tiver em sua vida esportiva uma só repreensão, uma só indisciplina, será conferido o prêmio Belfort Duarte, uma honra do esporte nacional.

Trata-se aqui, de fazer justiça a um paranaense que, embora haja nascido no Ceará, os seus 50 anos de vida pelo Paraná e a sua quase que exclusiva dedicação ao Coritiba Futebol Clube o fazem merecedor desta homenagem que o Clube do Alto da Glória lhe tem prestado, porque afinal de contas, o Paraná tem valores humanos e valores humanos que devem ser realçados, e o nome de Couto Pereira ao brilhante, ao magnífico Estádio do Alto da Glória significa tão só, mostrar ao Brasil, que o Paraná sabe reconhecer também, o trabalho daqueles brasileiros que vindos a esta terra, dedicando-lhes uma existência completa, os seus pósteros reconhecem este trabalho e desejam, como uma dívida imorredoura, como uma dívida de gratidão, procurar fixar permanentemente, indelevelmente, o nome deste esportista maravilhoso, que foi Couto Pereira, dando ao Estádio do Alto da Glória, o nome de COUTO PEREIRA!

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No horário reservado às Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Ontem, o nosso nome foi ventilado neste microfone por um nobre Deputado desta Casa, fazendo críticas a um pronunciamento nosso.

Nós queremos dizer aos Srs. Deputados que não foi propriamente um pronunciamento nosso; que nós, apenas, queríamos ampliar, amplificar, aumentar a frequência do noticiário que está na imprensa, a respeito do Prefeito de Santa Helena.

Nós queríamos, com nosso pronunciamento, que a notícia chegasse àquele município para que lá, alguém de direito, tomasse as providências cabíveis. Não compete a Deputado nenhum, fiscalizar contas de prefeito, como não compete a Deputado nenhum, saber se um saco de cimento saiu daqui, não chegou em Toledo.

Apenas o nosso pronunciamento foi para alertar as autoridades, se possível, para averiguar os fatos.

A respeito das acusações ontem recebidas, o nobre Deputado que as proferiu, deve dizer e convencer a Câmara Municipal de Santa Helena; convocar a CPI que lá foi instalada para apurar as contas do Sr. Prefeito Municipal; isto que um Deputado deve fazer. E apenas para constar nos Anais desta Casa, eu queria ler uma entrevista feita por um Vereador daquela cidade, no dia 29 de maio de 1977, em "O PARANÁ":

(Lê):

"PERI BACKER APONTA IRREGULARIDADES NAS AÇÕES DO PREFEITO.

Na última sexta-feira esteve nos visitando, Peri Backer Bueno, Vereador da ARENA de Santa Helena, para trazer cópia de um requerimento que foi entregue ao Presidente da Câmara Municipal daquela cidade no qual critica as gravíssimas ocorrências que estão se desenrolando naquela cidade, envolvendo a dignidade, honradez e o decoro do Executivo Municipal.

Na íntegra o requerimento é o seguinte:

Peri Backer Bueno, Vereador com assento nesta Casa de Leis, vem, mui respeitosamente, amparado nos artigo 49 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, no indeclinável

dever de defender os interesses do POVO; considerando as gravíssimas ocorrências que se desenrolam em nossa cidade envolvendo a dignidade, a honradez, e o decoro do Executivo Municipal; no sentido de salvaguardar os interesses deste Legislativo, a quem cabe o dever constitucional de fiscalizar os atos do Executivo e a pedido unânime dos demais pares desta Casa; vem oferecer a presente denúncia contra O SR. FRANCISCO ANTÔNIO MUNIZ, Prefeito Municipal nomeado, pelos fatos que abaixo relaciona."

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. poderia, só para esclarecer a Casa, quem é o requerente deste procedimento?

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — É o Vereador pela ARENA, Sr. Peri Backer.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Quantos Vereadores a ARENA tem?

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Deve ter seis.

O Sr. Fidelcino Tolentino — É unânime o requerimento? Aprovado por unanimidade?

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Pelo menos consta que é a pedido unânime dos demais Pares desta Casa.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Muito obrigado.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Eu quero acrescentar um adendo à sua pergunta, nobre Deputado, que naquela noite estavam oito Vereadores e infelizmente faltou um, por motivo de força maior.

(Lê): "Vem oferecer a presente denúncia contra Francisco Antônio Muniz, Prefeito Municipal nomeado, pelos fatos que abaixo relaciona.

Que há mais de 6 meses, testemunhas estarecedoras de pessoas denunciando fatos que envolvem:

Uso de bens públicos, empregados desta Prefeitura exercendo atividades particulares em obras de propriedade do Sr. Prefeito, de sua esposa, e da esposa do Sr. Chefe do Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, ocorrências fraudulentas e outras irregularidades que abaixo são enunciadas:

Tais depoimentos foram prestados junto aos órgãos de segurança e encaminhados à Instâncias Superiores para as devidas providências. Posteriormente, foram tornados públicos através de pronunciamento de autoridades estaduais. Isto, inevitavelmente, impede que o Poder Legislativo se omita em não acionar os dispositivos constitucionais para apurar a verdade e punir os responsáveis na forma da lei.

Isto posto, vem requerer a abertura de uma comissão especial de inquérito com base no artigo 50 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores a fim de apurar os seguintes fatos:

a) Construção de uma casa de alvenaria na Avenida Paraná — residência do Sr. Prefeito Municipal — com uso de mão-de-obra da Prefeitura e material (depoimento prestado por NERCY DUARTE).

b) Construção de prédio e casa de moradia sobre os lotes urbanos 3 e 4 da quadra 101 (Banestado) com material da Prefeitura Municipal e empregados pagos pela Prefeitura Municipal.

c) Concessão irregular de serviços públicos — rodoviária de São José.

d) Concorrência fraudulenta para compra de material para a construção de cancha da FUNDEPAR.

e) Contratação irregular de obras de meio-fio.

f) Reforma da casa do Chefe do Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal — material e funcionários da Prefeitura Municipal.

g) Desvio de bens do Estado.

h) Envio irregular de material de construção para Curitiba.

i) Entrega de presentes a pessoas mediante fraude na caixa da Prefeitura.

j) Envio de numerários vultuosos a parentes via Banestado.
N. Termos
P. Deferimento

SANTA HELENA, 19 de maio de 1977".

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, pelo que se vê e pelo que se nota, a denúncia não é de V. Exa. Entretanto, está provado e já se sabe onde é que foi parar o cimento que saiu de Curitiba e não chegou à Prefeitura de Santa Helena. E prova ainda que não dá certo Prefeito nomeado. Eles se caracterizam, a maioria, com raríssimas exceções, se caracterizam pelo abuso de poder, pela falta de respeito à coisa pública e pela falta de dignidade ao público. No caso, da forma que chegou, dos fatos relatados, das denúncias contra o Prefeito de Santa Helena, não é mais nem menos, nobre Deputado, do que caso de Polícia.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Muito obrigado. (Lê): "Nos afirmava também na oportunidade o Vereador Peri Backer Bueno, acompanhado do Vereador Harry Ripp, que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi indicada pelo Presidente da Câmara e é composta dos Vereadores Arnaldo Weiss Heimer, Harry Ripp e Joelci Ferrari, sendo os dois primeiros da ARENA e o último do MDB".

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, posteriormente eu pediria a concessão de um novo aparte.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — (Lê): "Já foi inclusive instaurado inquérito junto às autoridades de segurança e está correndo paralelamente ao da Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi também enviado expediente ao Governador do Estado, ao Secretário da Justiça do Estado e ao Comando da Quinta Região Militar.

Segundo o Vereador Peri é muito grave a situação em Santa Helena, sendo que o Prefeito Francisco Antônio Muniz está perdendo prestígio, e a qualquer instante poderá ser substituído.

Tem o aparte o Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Ao que se sabe, pela informação da Presidência desta Casa, aquele Prefeito teria impetrado na Justiça, uma medida que na linguagem jurídica se chama "writ" ou mandato de segurança, realmente, a informação que nos chegou à mão agora, é de que ele teria tido ganho de causa em decisão, que concedeu liminar assegurando o mandato impetrado, e considerando a comissão ilegal.

Parece-me, não quero pré-julgar o entendimento da Corte ou do Juízo que julgou a medida, mas me parece que via de regra, isso ocorre com a formalidade, alguma nulidade formal do ato de comissões desta natureza que normalmente corre no interior.

Entretanto, veicula-se a hipótese de se fazer a proposição aqui por um Deputado que tem interesse na área, inclusive, da ARENA, que provavelmente será proposta a constituição de Comissão Especial para investigação no caso, de Santa Helena, tendo em vista a seriedade e a gravidade dos atos que o Prefeito teria cometido.

Por esta razão, acho que seria oportuno que o Deputado pretendo de opositor desta medida, enviasse logo, para que esta Assembléia decidisse sobre esta propositura.

Era isso, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Agradecemos o aparte de V. Exa., Deputado Tolentino e aguardamos mais alguns dias, os acontecimentos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No horário destinado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Depois de cinco dias, percorrendo a região Oeste do

Paraná, e verificando "in loco" uma série de denúncias e apreensões por parte de lavradores daquela região, e depois de juntamente com grande parte desses lavradores, resolvemos apresentar um requerimento, que se aprovado por esta Casa, nós gostaríamos que fosse endereçado ao Gal. José Costa Cavalcante, Diretor Geral da ITAIPU Bi-Nacional e ao Dr. Maurício Rangel Reis, DD. Ministro de Estado e Interior.

O requerimento é o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores General JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Diretor Geral da ITAIPU BINACIONAL e Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS, digníssimo Ministro de Estado do Interior, reivindicando direitos para os agricultores que terão que deixar suas terras atingidas pelas águas da Hidrelétrica ITAIPU, conforme segue:

1 — Que sejam convidados a participar da Comissão de Avaliação a ser constituída pela BINACIONAL, que está construindo a Hidrelétrica de ITAIPU, representantes da classe rural, indicados pela FETAEP e FAEP.

2 — Que as indenizações pelas áreas inundadas tenham preços justos, nunca inferiores a Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), o alqueire.

3 — Que a avaliação seja feita ainda este ano, com os respectivos pagamentos feitos logo a seguir.

4 — Que os proprietários possam usufruir livremente de suas terras, até o fechamento das comportas da hidrelétrica.

5 — Que os BANCOS da região sejam orientados no sentido de dispensar um mapa completo de medição da propriedade, para fins de concessão de financiamentos agrícolas.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados: o desespero e as incertezas dos agricultores que terão que deixar suas terras na região atingida pelas águas da Hidrelétrica de Itaipu, residem no fato de que até o momento não têm nenhuma informação concreta de quanto e quando vão receber a indenização. A única notícia que receberam é que a área já foi totalmente demarcada pela Itaipu.

Como se já não bastassem as dificuldades que as Agências Bancárias da área estão criando para concessão de financiamentos agrícolas, é voz corrente de que a Empresa Itaipu estaria disposta a indenizar os agricultores na base de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) o alqueire. No entanto, em qualquer município daquela região o preço do alqueire varia entre Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). É inconcebível uma indenização pelo preço que se propala, quando somente em destoca a média do valor é de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

E mais, Senhor Presidente, urge que seja feita a avaliação e imediato pagamento das respectivas indenizações, a fim de que aqueles agricultores possam investir de pronto.

É por isso, Senhor Presidente, que se torna imprescindível a participação de representantes da classe rural na mencionada Comissão, para que os agricultores fiquem convictos de que alguém está lutando pelos seus direitos e para que tenham garantido o preço justo para suas terras.

De todos os municípios da área, o mais atingido será o de SANTA HELENA, onde, pelos marcos colocados pelos Engenheiros, a Sede do Município, praticamente, ficará ilhada. Outro que será grandemente prejudicado é o de São Miguel do Iguaçu, onde 270 quilômetros quadrados serão totalmente inundados pelas águas, cujas terras são as mais férteis e com agricultura quase que totalmente mecanizada. Esta última região é densamente povoada por agricultores que têm no soja, trigo, hortelã, fumo, suínos e bovinos, a base de sua eco-

nomia.

Somente na Gleba de Guairacá, recentemente titulada pelo INCRA, onde se situam as comunidades de São José do Itárvor, Jacutinga, Aparecidinha, Santa Inês, Cristo Rei e Caramuru, cerca de mais de mil famílias serão desabrigadas, sendo a maior parte de proprietários e outra de arrendatários.

Em outras áreas, como é o caso de Itacorá, Sol de Maio e Inhoerá, que serão totalmente atingidas, poderão desabrigar cerca de vinte mil pessoas. Isto tudo somente em São Miguel do Iguaçu. Mas as águas atingirão, ainda, Santa Helena (aproximadamente 50 por cento do município), Marechal Cândido Rondon e Guaíra, nestes dois últimos em menores proporções mas que, sem dúvida, para os moradores, representará um sofrimento tão grande quanto o causado àqueles residentes nas áreas mais prejudicadas".

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu já debati em outra ocasião, logo no início dessa legislatura, e no prosseguimento desse ano, mormente em 1975, quando na ocasião daquele congresso, de Prefeitos de Foz do Iguaçu, quando tive oportunidade de, em companhia do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, percorrermos trecho daquela região e que inclusive a Itaipu cerceava o direito de trânsito dos moradores e proprietários daquela região, principalmente da faixa circundante ao canteiro de obras.

Naquela oportunidade, um dos moradores das circunvizinhanças, exibiu um projétil de arma de fogo que teria sido desfechado por guardas da binacional, contra crianças que teriam transposto a cerca de arame para apanhar frutas dentro do chamado canteiro de obras.

Denunciamos aquele fato, como denunciamos a especulação e o tráfico de influências que existia e que existe ainda hoje, com relação ao cerco de terras naquela área.

Ocorre que existe um organismo governamental chamado INCRA, que até hoje nenhum motivo me levou a entender a implantação ou modificação do sistema fundiário ou da reforma agrária nacional, lá na Foz do Iguaçu, procura transpor famílias do Parque Nacional para o Projeto Ipuí — que V. Exa. deixou de mencionar — e que também será parcialmente inundado. Famílias que terão, no futuro, outros problemas e que estão sendo levadas a crer que não terão problemas com a cotização do projeto.

Além destas áreas a que V. Exa. se referiu, há uma cidade implantada no município de Foz do Iguaçu, que se chama Alvorada do Iguaçu, onde estive em reunião com o pessoal de lá e fizemos formalmente um requerimento neste sentido às autoridades competentes para que abreviassem a forma de indenização, tanto quanto aos preços como quanto à política de erradicação do pessoal, sobretudo da cidade, que é a primeira atingida pelos efeitos da implantação desta obra.

Além desta, tem várias outras localidades de menor porte que deveriam ter sido objeto de apreciação preliminar por parte do governo para evitar, não só a defasagem do trabalho, mas também para melhorar as condições de vida dos moradores, que é quase sub-humana.

Afora estes aspectos de efeitos colaterais, existem os efeitos primários. A empresa binacional vai colocando seu poderio na frente, vai arredando aqueles que estão lá plantados há mais de 30 anos, cultivando, produzindo e garantindo a posição de autonomia e segurança nacional e colocando-os à margem deste processo, desta obra e muitos deles recebem parcas quantias, como indenização.

E o INCRA desconhece ou alega desconhecer. Aqueles posseiros ou pretensos proprietários, os que têm títulos não são reconhecidos como legítimos e os que não têm são alegados posseiros. Por esta razão há uma diversificação no "modus faciendi" da indenização, no estabelecimento de preços, que começava por 5 mil cruzeiros naquela época. E pedi, naquele

requerimento, que se fizesse em 75, o mínimo de 15 mil cruzeiros, porque o possessor de boa fé, o legitimamente considerado possessor, é o homem que está na expectativa do direito de propriedade. E com esta filosofia é que o Governo deveria encarar o problema.

O homem está radicado com sua família, exposto a todas as intempéries, seja de ordem local, seja de ordem externa, aos conflitos que existiam e ainda existem com o pessoal da fronteira, ou melhor, do lado de lá da fronteira. São problemas peculiares na região e agora eles vêm sentindo este agravamento.

E as famílias que estavam na expectativa de adquirir este direito de propriedade, agora vêm isso padecer depois de 30 anos.

Então, é preciso ter, além do caráter contestativo do Estado, é preciso ter um sentido mais humano, mais lógico, mais coerente com a natureza da pessoa humana.

Por esse motivo, louvo a iniciativa de V. Exa. que, nada mais é que a consagração de uma aspiração, da mais justa que pode ter. E problemas relativos à implantação de obras de energia elétrica, de empresas de energia elétrica, de empresas geradoras de energia elétrica, como aconteceu na divisa com o Estado de São Paulo; como aconteceu aqui, no Paraná, no Salto Santiago, no Salto Osório, problemas que ainda não foram solucionados. Então, V. Exa. levanta um problema altamente significativo para a população daquela região e de grande interesse para o Estado do Paraná. E é preciso que, realmente, se proceda com respeito à pessoa humana e às finalidades do Estado. E que se coloque, inclusive, em contato com a eventual comissão dessa natureza, com os prefeitos e vereadores da localidade que são os homens que estão participando desse movimento.

Congratulo-me com V. Exa. e hipoteco total solidariedade, porque, inclusive — alerta mais uma vez esta Casa — que na gestão de negócios dessa natureza, de interesse público eu, praticamente fui tachado de subversivo, naquela região, e até por um coronel que é "persona non grata" em Foz do Iguaçu, e que era — não sei se ainda é — Comandante Chefe do Serviço de Proteção do Parque Nacional.

É realmente repugnante que existam esses homens que não tendo mínimo respeito pela pessoa humana, se movam a ver, a levantar problemas de interesse público. Porque, não é privativo de um chefe de departamento, ou de uma única repartição, o direito de defender o interesse público. Esse direito é inerente a todas as pessoas. Até a Constituição fala que todos são responsáveis pela segurança nacional. Se bem que eu tenha restrições por esse sistema constitucionalista.

Realmente, Sr. Deputado, tem V. Exa. meu apoio integral, inclusive, em nome da representação que tenho daquele povo da região de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, de Santa Helena. E tenho certeza que outros Deputados, da área, pelo menos de nosso Partido, V. Exa. receberá todo o beneplácito para que isso seja levado a efeito. Envidaremos todos os esforços para que as autoridades se sensibilizem com esse problema que é altamente grave. É preciso, sobretudo, não só dominar um pagamento de justiça, mas também as prioridades dos pagamentos naquela região que, no meu fraco entender, deve partir, sobretudo àquelas áreas urbanas de pequeno patrimônio.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, nobre Deputado.

Se citamos apenas alguns dos prefeitos é para dar uma idéia. Se não me engano, o Prefeito de São Miguel do Iguaçu está chegando aqui, neste momento, e citamos Itaporá porque, ainda hoje, tivemos oportunidade de verificarmos o censo de 1970, quando aquela localidade figurava com 10 mil habitantes. Hoje, provavelmente, possui 15 mil habitantes.

Provavelmente, com toda aquela área, 50 mil pessoas ficarão desabrigadas pelas inundações das obras de Itaipu.

Outro aspecto, nobre Deputado, é que não só o proprietá-

rio de terras, o proprietário da área terá prejuízo. O comerciante dos distritos, os moradores de lotes urbanos, os meeiros, os arrendatários, todos serão prejudicados. Não terão para onde ir.

E se solicitamos, aqui a indenização e avaliação imediata é porque, hoje, pelo menos foi a reclamação que nos trouxeram, pessoas com o intuito exclusivamente de lucro, estão incentivando os proprietários de grandes áreas, a vender suas terras por 15, 20 mil cruzeiros, imediatamente, para que eles possam usufruir dessa mesma área altamente produtiva, e de grandes possibilidades, daqui 4 ou 5 anos, que será o tempo que ainda levará para o fechamento das comportas. Tem o aparte, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo reservado à ARENA de quinze minutos já se esgotou. E confere a V. Exa. dois minutos para concluir.

O SR. LÁZARO DUMONT — O nobre Líder do MDB tem um minuto.

O Sr. Trajano Bastos — Muito obrigado, Sr. Deputado.

É realmente louvável a preocupação de V. Exa., Deputado Lázaro Dumont. Mas quer me parecer que neste episódio de desapropriações em áreas de construção de usinas, o Governo, mais uma vez, revela o seu espírito de imprevidência, porque nós somos levados a dar um enfoque, ilustre Deputado, que me parece não é o mais importante.

O colono, que é dono da terra destas áreas, é levado a se preocupar única e exclusivamente quanto ao valor da desapropriação, quanto vai receber pela área desapropriada. A meu ver, o que deveria ser feito antes disto tudo, que é o mais importante, é que o Governo deveria prever áreas de produção, de fertilidade, iguais ou superiores às áreas inundadas e colonizá-las. Depois entregá-las ao colonos detentores das áreas às margens destes rios.

Porque sabe V. Exa. que neste processo de avaliação, o agricultor fica sujeito a uma série de critérios. De critérios técnicos que nem sempre são justos, olhando-se socialmente a coisa.

E quando ele pega o dinheiro é que surge o problema. Quando o colono pega o dinheiro, desavisado, despreparado para bem aplicá-lo, ele fica sujeito a uma lei que é desumana e que não obedece critérios, que é a "Lei da Oferta e Procura".

Então durante o tempo em que ele deixa a terra, mesmo recebendo em dia a sua indenização, terá que atravessar um período de defasagem, terá 30, 60, 90, seis meses para se localizar. E como fica?

Vai ser mais um homem, mais uma família a agravar o problema da super população urbana.

Estes dias, permite-me nobre Deputado, participei de uma reunião em Cruz Machado quando a COPEL promovia uma reunião com os colonos da área para a construção do Reservatório da Usina Foz do Areia. Tinha já elaborado um trabalho para convidar para vir à Assembleia, o Dr. Luiz Henrique Parigot de Souza, que é o Presidente Coordenador da construção do reservatório e, portanto, a pessoa responsável por este processo de avaliação e, nesta oportunidade em que se discutiria o problema em âmbito parlamentar, eu iria sugerir ao Dr. Luiz Henrique Parigot de Souza que levasse esta idéia como sugestão. Que ao invés de pagamento das áreas desapropriadas, que nem sempre são justas, nem sempre obedecem um prazo determinado, o Governo que separasse áreas férteis, como as que estão sendo inundadas para que o agricultor, o colono pudesse imediatamente se mudar e recomeçar a sua vida, de sua família, e produzindo para este País.

Agradeço a V. Exa. a gentileza do aparte.

O SR. LÁZARO DUMONT — Concluirei, Sr. Presidente.

O que nós desejamos realmente com este requerimento é de que as autoridades competentes se sensibilizem pelo proble-

ma dos agricultores e de toda a população daquela área.

E que a Assembleia Legislativa do Paraná não está alheia às aspirações daquele povo.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 19/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 121/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o município de Assis Chateaubriand, objetivando Assistência Técnica e Financeira, para melhoria da Rede Municipal de Ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 59/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 224/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Marialva, objetivando transferência de recursos a serem aplicados na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução número 8/77. — **APROVADO.**

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferida a questão de ordem. Vai se proceder a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, queiram permanecer como estão.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem). Sr. Presidente, não desejando abusar da liberalidade de V. Exa. gostaria que tornasse a ler os termos do requerimento do ilustre Deputado. (É lido o requerimento).

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 19 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

A Presidência anuncia que havendo número para discussão, coloca em discussão a matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a instalação de Postos de Saúde nos Distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, no município de Leônidas Marques. — Em discussão. — **ENCERRADA A DISCUSSÃO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se digne determinar os estudos de viabilidade econômica, visando incluir a rodovia que liga os municípios de Irati a São Mateus do Sul, no plano de asfaltamento de estradas estaduais. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestões para a agenda de despachos por ocasião do deslocamento do Governo Estadual para a cidade de Campo Mourão. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor Geral da Itaipu Binacional e Ministro do Interior, reivindicando direitos para os agricultores que terão que deixar suas terras atingidas pelas águas da Hidrelétrica Itaipu. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do INPS, consubstanciado em sugestão no sentido de que os débitos em atraso dos municípios para com aquele órgão de previdência, sejam creditados às Prefeituras, com a finalidade de serem aplicados em programas assistenciais, previamente estudados pelo INPS. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Tnomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de determinar seja promovida a distribuição aos municípios paranaenses, de percentagem que lhes cabe no ICM. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador

do Estado, consubstanciado em sugestão visando a concessão do décimo-terceiro salário aos servidores públicos estaduais, bem como sejam efetuados estudos para a concessão do décimo-quarto salário aos funcionários que servem o Estado sob o regime da CLT. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, que analisa o sistema fundiário brasileiro, consubstanciado em apelo no sentido de que se proceda a convocação do Sr. Governador do Estado, para que o mesmo preste depoimento delineando a posição da Unidade Federativa que governa no que tange à política da colonização. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidélino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Retrato de Corpo Inteiro", publicado no jornal "O Estado de São Paulo". — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam designados representantes desta Casa, para representá-la na instalação do governo, para despachar na cidade de Campo Mourão, que dar-se-á nesta semana. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1º, quarta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 19/77 e 59/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 49/77;

marcando ainda, uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 1º, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 09/77.

Levanta-se a sessão.